

Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana*

1. A HISTORICIDADE DO QUOTIDIANO

À primeira vista, a vida quotidiana saltita diante dos nossos olhos como uma bola de bilhar: redondinha, perfeita, pulida e, o mais importante, compacta, elástica, capaz de vibrar inteira e rodar no verde do pano da mesa de trabalho do investigador a uma qualquer bem dada tacada epistemológica. Contudo, todas estas primeiras impressões se desvanecem quando o investigador se lança no estudo da vida quotidiana.

Duas principais razões serão responsáveis por tal desvanecimento. Em primeiro lugar, a temporalidade do quotidiano não se reduz a uma temporalidade cíclica, repetitiva, vivida exclusivamente no presente; há, com efeito, lugar para uma história da vida quotidiana, que, naturalmente, não deve ser encarada como uma história marginal, isto é, como tudo aquilo que se gera de uma forma repetitiva, banal, efémera, fugaz. Em segundo lugar — e se aceitamos que a história tem lugar no quotidiano —, o investigador vê-se a braços com a dificuldade de localização de fontes precisas que documentem essa vivência social tida como marginal que é a vida quotidiana. Ora, em boa verdade, na maior parte dos casos, as fontes documentais da vida quotidiana nem sempre são acessíveis, válidas, devidamente sistematizadas e representativas.

A reivindicação de uma historicidade do quotidiano deve, portanto, comandar à partida o debate sobre as fontes documentais na análise da vida quotidiana¹. Não há, aliás, motivo para que a análise da vida quotidiana tenha de ficar reduzida à análise de fracções cronológicas tão efémeras como a «jornada» ou o «dia». Se a imagem reforça a ideia, o quotidiano assemelha-se aos círculos que se expandem em torno de uma pedra lançada sobre a superfície de um lago: pontos precisos de um presente determinam a busca de um passado. Esta imagem ilustra também as preocupações sentidas no percurso da pesquisa empírica que esteve na origem desta reflexão. Com efeito, pretendíamos estudar, na vida contemporânea, os rituais de namoro e sedução, enquanto fenómeno específico do quotidiano. Depressa chegámos à conclusão de que era difícil apreender essa faceta do quotidiano sem tomar em relação a ela uma certa distância: distância crítica, contestação, comparação — *distância no tempo*. Decidimos então — antes de investigar esses rituais no «quotidiano actual» — fazer uma pequena viagem até ao passado, tomando como ponto de partida o século XIX. Mas eis que, arregalando entusiasticamente o olho para bisbilhotar tão íntimos aspectos da vida quotidiana, nos sentimos, sem saber através de que buraco de fechadura, dar conta deles, o mesmo é dizer: sentimo-nos a

* Este texto constitui a comunicação apresentada ao Colóquio sobre as Fontes da História Contemporânea Portuguesa, organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE e que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 3 e 4 de Outubro de 1984.

¹ Sobre a necessidade desta reivindicação cf., sobretudo Philippe Lucas, *La Religion de la Vie Quotidienne*, Paris, PUF, 1981, e os contributos de Agnes Heller: *Historia y Vida Cotidiana*, Barcelona, Ediciones Grijalbo, 1972, e *Sociología de la Vida Cotidiana*, Barcelona, Ediciones Península, 1977.

navegar na aridez das fontes documentais (in)existentes. A desistência parecia ser a saída mais consoladora.

Por fim, ocorria aquela história do bêbado que perdeu as chaves numa rua escura e que se obstinava a procurá-las sob um lampadário a pretexto de que esse era o único sítio iluminado. Mas esta acabava por ser a velha história dos empiristas também obstinados a limitar as suas investigações a domínios onde elas são mais fáceis de levar a cabo, descurando, em contrapartida, outros aspectos interessantes da realidade social com precária informação documental. Foi então que acabámos por iniciar uma reflexão teórica e metodológica sobre a utilização de algumas fontes documentais na análise da vida quotidiana. Nesta comunicação apresentamos os primeiros resultados dessa reflexão.

2. O MÉTODO BIOGRÁFICO: HISTÓRIAS DE VIDA, MEMÓRIAS E BIOGRAFIAS²

No «Espólio do Senhor Cipriano» (*Serões da Província*) escrevia Júlio Dinis:

Ao lado da biografia exacta de um indivíduo, ainda dos mais obscuros, o povo refere de ordinário outra, menos documentada talvez, porém sempre mais curiosa. Com olhar perscrutador, penetra no seio das famílias, a descobrir aí factos recônditos, pequenos incidentes da vida doméstica, onde, mais fielmente do que na vida pública, se reflectem os caracteres e as índoles. Não julgueis que lhe basta a enumeração das batalhas, dos feitos brilhantes, dos serviços humanitários, dos actos civis do herói do dia; quer vê-lo em família, depois de despír a farda, a toga ou os arminhos, para envergar o modesto *robe de chambre*; aspira a devassar-lhe o modo de viver íntimo e a estudar-lhe os hábitos; obriga o personagem da história a representar diante de si o papel de filho, de irmão, de amante, de esposo e de pai no drama da vida, e é então que mais interesse lhe excita, é então que aplaude; e, quando lhe falecem as informações, inventa, recorre ao inesgotável tesouro da imaginação, senão a alguma coisa de mais seguro.

A transcrição deste pequeno fragmento de texto terá levado a formar no leitor duas impressões muito justas que me interessava provocar. Em primeiro lugar, a impressão da existência de um certo quotidiano que escapa aos sentidos do investigador sisudo e que tem a ver com os factos recônditos, os pequenos incidentes da vida doméstica, o modo de viver íntimo; em segundo lugar, a impressão de que para chegar a esse quotidiano há que deitar a mão de biografias menos documentadas que fazem parte do património de um saber popular relativamente rico em especulações. Com efeito, para o que Júlio Dinis apela é, sem dúvida, para uma sabedoria popular, de senso comum, onde se possa vislumbrar uma percepção, embora elementar, desse quotidiano.

Será, contudo, possível conceptualizar o quotidiano a partir das vulgares apreensões do senso comum? Para Harold Garfinkel e para a corrente sociológica

² Para uma discussão do tratamento sistemático de diferentes implicações que supõem o uso adequado destes distintos termos cf. Daniel Bertaux, «L'Approche Biographique», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n.º 69, 1980. Sobre o método biográfico podem consultar-se com interesse as seguintes obras: Daniel Bertaux, *Histoires de Vie ou Récits de Pratiques? Méthodologie de l'Approche Biographique en Sociologie*, Paris, Cordes, 1976; Philippe Lejeune, *Je est un Autre. L'Autobiographie, de la Littérature aux Médias*, Paris, Le Seuil, 1980; Franco Ferraroti, *Histoire et Histoires de Vie. La Méthode Biographie dans les Sciences Sociales*, Paris, Librairie des Méridiens, 1983; e Jean Poirier, Simone Clapier-Valladon e Paul Raybant, *Les Récits de Vie. Théorie et Pratique*, PUF, 1983.

que este pensador encabeça, sim, é possível. Segundo os *etnometodólogos*, os dilemas que se impõem à sociologia da vida quotidiana são os dilemas que se impõem às ciências humanas em geral: as relações entre a interpretação dos «símbolos» e a explicação dos «factos», entre o «texto» e o «contexto», entre o deliberado e o determinado, entre a teoria e a prática, entre a objectividade e o compromisso³. Inspirados na filosofia fenomenológica, o que os etnometodólogos pretendem demonstrar é que os métodos normalmente utilizados na apreensão do *real-social* não resultam de complicadas ou sofisticadas abstracções, mas encontram-se enraizados nos detalhes empíricos, no próprio sentido da vida quotidiana⁴. É por esta razão que os etnometodólogos se destacam pela sua especial atenção aos significados subjacentes das relações sociais no mundo do «senso comum», levada a efeito por meio de uma observação «naturalística» que respeita tanto o ponto de vista como a linguagem corrente da gente que habita esse mundo. Há uma insistência, por parte dos etnometodólogos, na natureza activa e consciente das formas de conduta social, no carácter emergente (sob determinação «contextual») do significado, o qual não se deve *deduzir* de um conjunto de normas ou de uma colecção de dados, mas sim *induzir-se* com base nas experiências e perspectivas do senso comum compartilhado por quem participa na vida social.

Esta é também a posição de Schutz, para quem as ciências que aspiram a interpretar e explicar a acção social devem começar por uma descrição das estruturas fundamentais do pré-científico, a realidade que parece evidente aos olhos do senso comum. «Esta realidade», sublinha Schutz, «é o mundo da vida quotidiana.»⁵ Em estreita correlação com estas posições encontrar-se-ia a sociologia da vida quotidiana tão ancorada à teoria como à *praxis*, embora tomando esta como ponto de partida⁶.

Como quer que seja, tomando como paradigma a pesquisa empírica que esteve na origem desta comunicação — o namoro e as relações de sedução —, se as «paixões individuais» se inscrevem sempre num contexto social e, por isso mesmo, o enamoramento é um «movimento colectivo a dois»⁷, como justificar então o apelo a um método heurístico que permite ver o universal através do singular? Como indagar o objectivo fundado no subjectivo? Como depreender o real do imaginário e descobrir o geral através do particular? No fundo, como é que a subjectividade inerente a uma autobiografia pode constituir o suporte de um conhecimento científico?

Para dar resposta a estas interrogações há que atender a que os documentos biográficos (memórias, biografias, histórias de vida, etc.) não podem ser considerados como reflexos passivos de uma entidade individual, isolada. Com efeito, o indivíduo não constitui um átomo social representativo da unidade heurística mais elementar da sociologia. O indivíduo é simplesmente, como refere Ferraroti, «uma síntese complexa de elementos sociais»⁸. Por seu lado, o relato biográfico revela-se sempre como uma «prática humana»⁹. Ora, se cada biografia aparece como síntese de uma história social e, paralelamente, cada comportamento ou acto individual aparece como síntese de uma estrutura social, há sempre lugar a um movimento de

³ Richard Harvey Brown, «Ordre et Révolution dans les Formes Normales du Discours et de Conduite», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXVIII, 1980, p. 69.

⁴ Id., *ibid.*, p. 70.

⁵ Alfred Schutz e Thomas Luckman, *Las Estructuras del Mundo de la Vida*, Buenos Aires, Amorrotu Editores, 1977, p. 25.

⁶ Jack D. Douglas, *Understanding Everyday Life*, Chicago, Aldine, 1970.

⁷ Francesco Alberoni, *Enamoramento e Amor*, Amadora, Livraria Bertrand, 1983.

⁸ F. Ferraroti, *Histoire et Histories (...)*, p. 65.

⁹ Id., *ibid.*, p. 50.

vaivém, da biografia ao sistema social, do sistema social à biografia. Ou seja, o sistema social — na medida em que não existe fora dos indivíduos — manifesta-se sempre na vida individual de tal forma que pode ser apreendido a partir da especificidade das práticas individuais. Mas o que nos interessa, efectivamente, são as *práticas colectivas* — no bom sentido durkheimiano da expressão —, a que os comportamentos individuais estão subordinados.

Por conseguinte, na análise do quotidiano, o método biográfico não é, nem pouco mais ou menos, um «desafio científico escandaloso», como alguns pretendem fazer crer. É certo que é um método que acaba por atribuir à subjectividade um valor de conhecimento que constitui ponto de partida para a compreensão da realidade social. É certo também que o método biográfico assenta basicamente em elementos materiais que são, em sua grande parte, «autobiográficos», expostos, portanto, às múltiplas deformações de um «sujeito-objecto» de observação. No caso em que o método biográfico implique a participação de um entrevistador, os efeitos dessa participação tornam tanto mais problemática a utilização do método biográfico quanto mais evidente forem os mecanismos de manipulação e cooptação associados à participação do entrevistador. Contudo, como com acerto referem J. Poirier, S. Clapier-Valladon e P. Raybant, ainda que subjectivos, os testemunhos autobiográficos constituem um facto sociologicamente objectivo¹⁰.

É claro que será sempre discutível considerar como válida, em termos de representatividade, uma biografia a partir da qual se pretendem construir generalizações indutivas — particularmente no caso das *memórias* e *autobiografias*, onde se podem encontrar, mais do que simples «relatos da vida», verdadeiros «projectos de vida»¹¹. Mesmo assim, há critérios e condições de representatividade que importa discutir. Segundo Ferraroti, o método biográfico tradicional fornece dois possíveis níveis de representatividade que correspondem a duas utilizações possíveis da biografia.

Num primeiro caso, o método biográfico serve como meio de verificação de um modelo interpretativo. A escolha das biografias mais «representativas» é feita segundo critérios que constituem, afinal, as variáveis principais do modelo hermenéutico ou descritivo que as biografias devem verificar. Uma biografia será representativa se ela se estrutura em torno de elementos que correspondem à projecção de variáveis do modelo sobre o plano de uma vida individualizada. Esta redução do método biográfico a uma função de controlo não deve implicar, do nosso ponto de vista, um juízo desvalorizador do referido método.

Num outro contexto de utilização, o método biográfico pode constituir um método heurístico mais activo quando, deixando de ter uma função de controlo em relação a modelos já elaborados, se apresenta como um método capaz de dar origem a modelos interpretativos. Não nos parece, contudo, que a escolha de biografias mais representativas de um dado universo social dependa exclusivamente da intuição sociológica do observador, como sugere Ferraroti¹². A intuição sociológica não se joga, neste caso, ao nível de escolhas biográficas, mas sim ao nível de hipóteses de investigação que se podem construir a partir de uma dada biografia. A comprovação de tais hipóteses pode e deve então passar pela primeira das utilizações biográficas referidas.

Deste modo, acaba por haver uma relação dinâmica e de duplo sentido entre as duas referidas utilizações da biografia: as problemáticas concretas a investigar determinam em grande parte a selecção das fontes biográficas a utilizar; por sua vez,

10 J. Poirier, S. Clapier-Valladon e P. Baybant, *Les Récits de Vie (...)*, p. 39.

11 Id., *ibid.*, pp. 38-40.

12 F. Ferraroti, *Histoire et Histoires de Vie (...)*, p. 87.

a utilização de determinadas fontes também pode influir na constituição de determinadas hipóteses e problemáticas de investigação.

3. FONTES LITERÁRIAS

Algumas das preocupações que se prendem, na análise da vida quotidiana, com a utilização do método biográfico são também extensivas à utilização das fontes literárias. Sabemos que entre a realidade social e a sua recriação literária medeia uma indispensável relação. Todavia, a recriação literária não acerta maquinalmente o passo com o processo social: umas vezes precede-o; outras afasta-se dele. Pelo menos durante quase todo o século XIX, grande parte das fontes literárias apenas nos dão uma visão burguesa do quotidiano, atendendo a que a maior parte dos novelistas da época têm, efectivamente, uma pertença de classe burguesa. Na verdade, um novelista nunca expõe aos seus leitores aquilo que vulgarmente se designa por «realidade nua e crua». O que o novelista vê são aparências, e estas dependem — até no modo como são apreendidas — de uma ideologia particular ou de contradições ideológicas manifestas ou declaradas.

Argumentar-se-á então, com uma certa razão, que recorrer, na investigação do quotidiano, à citação de fontes literárias é uma tarefa que envolve riscos inerentes à própria arte de *citar*, encarada esta expressão, como Roland Barthes o faz¹³, no seu sentido tauromático: «(...) aquele arquear do toureiro que atrai o animal para as bandarilhas (...)» Contudo, isto não quer dizer que o texto novelístico não possa considerar-se um importante documento — a *lidar* — no estudo da vida quotidiana, particularmente no estudo das relações amorosas. E nem valeria a pena citar Foucault, para quem a novela deixou de ser um monumento, para se converter num documento¹⁴. É preciso reconhecer que as fontes literárias, baseadas em novelas ou romances, ainda que nos limites do fantástico, podem objectivar o real através de múltiplas (re)construções ambientais. Sirva de exemplo o seguinte diálogo entre mãe e filha, extraído de um romance de Camilo Castelo Branco, perfeitamente ilustrativo do modelo de casamento que imperava nos meios burgueses do século XIX em Portugal:

— Ludovina, já pensaste a resposta que hás-de dar a teu pai?

Pergunta que faz a sua filha uma senhora de nobre presença, quarenta anos, ainda frescal, chamada Angélica, e casada com o Sr. Melchior Pimenta, empregado na Alfândega do Porto.

Ludovina respondeu:

— Como hei-de eu responder, se ainda não vi o homem?

— É um homem como os outros; — replicou D. Angélica — são todos o mesmo, menina. Teu pai sabe bem o que faz. Um homem é quem melhor conhece outro homem. Se ele te disse que achou um bom marido, não pode enganar-se¹⁵.

É certo que a linguagem novelística utilizada por personagens «actuantes» pode diferir da linguagem histórica real; contudo, ambas as linguagens remetem para um mesmo código, constituído, por exemplo, por conflitos de classe ou por certas contradições entre aspirações individuais e condicionantes sociais. Estes conflitos e

¹³ Roland Barthes, *S/Z*. Lisboa, Edições 70, 1980, p. 24.

¹⁴ Michel Foucault, *L'Archéologie du Savoir*. Paris, 1969.

¹⁵ Camilo Castelo Branco, *O Que Fazem Mulheres*. Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lda., 8.ª ed., 1967 (1.ª ed.: 1858). Cf. também, do mesmo autor e sobre o mesmo assunto, *Doze Casamentos Felizes*.

contradições pressupõem a existência de um certo paralelismo entre sociedade e romance ou novela: a primeira proporciona um modelo que faz despontar as segundas e talvez vice-versa. Neste sentido, a análise de conteúdo de textos literários aparece como uma técnica de investigação que pode evidenciar esse paralelismo. Para que tal aconteça, a *análise de conteúdo* deve incidir sobre o texto como meio de verificação de hipóteses definidas adequadamente no quadro de uma investigação disciplinar. Isto é o que precisamente distingue a perspectiva da análise de conteúdo da estatística linguística propriamente dita. A análise de conteúdo de um texto deve funcionar como instrumento de análise das *condições sociais de produção de um discurso*, das características das entidades consideradas como determinantes ou factores de especificidade do *corpus* analisado¹⁶.

Do que acabámos de referir pode concluir-se que a novela implica os indivíduos de uma maneira explicitamente histórico-social. O texto novelístico pressupõe, à partida, que não existe sociedade sem história nem história sem sociedade. Neste sentido também, a novela aparece como expressão social. Seria contudo discutível julgar que a vida e a história social são simples suportes das formas novelísticas. Estas também existem na realidade: «(...) a realidade (e muito em particular a realidade social) não é uma soma de conteúdos, do mesmo modo que a forma não é um conjunto de artifícios.»¹⁷ Se a pretensão da novela é retratar uma realidade à qual, todavia, não pode ser reduzida, estudar sociologicamente a vida quotidiana a partir da novela só é possível a partir do momento em que se conceba a obra novelística como um produto social, e não apenas como um meio susceptível de constituir um suporte de modelo de análise e síntese de uma realidade social. Com efeito, a novela é apenas reveladora da realidade social na medida em que a encobre com os seus artifícios. Aliás, mesmo aquela novela que se notabiliza por praticar uma redução «materialista» da realidade é levada, aqui e além, a transfigurar a realidade com trabalhados artifícios. De qualquer forma, o que importa salientar é que tais artifícios são usados na tentativa de resolver o menos solúvel dos problemas de interpretação que se colocam às ciências sociais: que sentido e, em consequência, que forma dar ao incessante transcorrer do tempo social e histórico? Enfim, com todos os seus artifícios, o texto literário inventa o trama que encadeia os acontecimentos na vida quotidiana, não apenas dando sentido à história, como produzindo também uma historicidade: significativa, representativa.

4. AS FONTES AUDIOVISUAIS

Vimos que as fontes documentais tradicionais se baseiam fundamentalmente no *texto*. Hoje em dia, ainda domina o império das fontes escritas nas múltiplas latitudes da investigação histórica e sociológica. Por outras palavras, há uma valorização do texto frente a outras componentes informativas do quotidiano. cremos, contudo, que esta situação está em vias de alteração. Tal como no teatro burguês do século XIX, os investigadores sociais têm valorizado o texto, enquanto a parte visual apenas tem sido entendida como ilustração do texto. Há que entender o quotidiano com ambos os canais de recepção: o auditivo e o visual. Esse enten-

¹⁶ A. Culioli, C. Fuchs e M. Pêcheux, «Considérations Théoriques à propos du Traitement Formel du Langage», in *Documents de Linguistique Quantitative*, n.º 7, 1970. Com efeito, referem estes autores, as teorias de comunicação tradicionais têm feito do sujeito a *origem da estrutura do discurso*; dado que o sujeito aparece, à luz dessas mesmas teorias, como um mundo de significados, chegaríamos a uma situação paradoxal em que o conteúdo do discurso ou relato novelístico acabaria por ficar determinado ... pelo próprio conteúdo.

¹⁷ Michel Zérafra, *Novela y Sociedad*, Buenos Aires. Amorrortu Editores, 1973, p. 14.

dimento obriga o investigador a recorrer às fontes audiovisuais que contemporaneamente abundam. Com efeito, durante muito tempo — praticamente até aos anos 70 —, a análise de conteúdo foi sinónimo de análise de fontes escritas¹⁸. Hoje em dia, a análise de conteúdo das fontes audiovisuais deve orientar-se não apenas para o conteúdo semântico das mensagens, como também para a informação estética no plano audiovisual.

O papel que os *mass-media* desempenham nas sociedades industriais avançadas e o desenvolvimento tecnológico registado no âmbito dos meios de comunicação obrigam o investigador da vida quotidiana a lançar mãos destas novas fontes documentais, até pelo facto de, como refere Pascuali¹⁹, existir uma implicação dialéctica entre os meios de comunicação dominantes e a sociedade onde se veiculam²⁰.

Para quem estuda o quotidiano «actual», a análise das fontes escritas terá inevitavelmente de se complementar com a análise das fontes audiovisuais. Aliás, não é por acaso que as fontes escritas se estão a converter progressivamente em fontes audiovisuais. Cada vez mais, os textos são alvo de tradução em *tecnologia-imagens*. Segundo Vilem Flusser, este fenómeno marca a passagem da história à «pós-história». Uma máquina supertecnológica de tradução de textos em *tecnologia-imagens* transformaria então a história em matéria-prima para a realização de programas televisivos, filmes, etc. A confirmarem-se as teses de Flusser, a história constituiria um *pretexto* para a pós-história²¹, isto é: todos os acontecimentos, toda a acção, todo o facto histórico, estariam consagrados a constituir o *pretexto* de uma *tecnologia-imagem*, de um programa de televisão, de uma fita cinematográfica. Não há dúvidas de que, contra os tecnólogos que nos anunciam os *mass-media* como a «comunicação total» e a «máxima democracia», a teoria de Flusser supõe o contrário: os *mass-media* só nos comunicam um produto tecnofacturado cuja matéria-prima está sujeita a uma tecnomanipulação. Isto não nos impede, evidentemente, de considerar as *tecnologia-imagens* como uma importante fonte de informação documental na análise da vida quotidiana. A ser utilizada com sérias preocupações metodológicas, evidentemente.

Vejamos o caso exemplar da televisão, esse olho intruso, ubíquo, omnipresente na vida quotidiana. Em várias ocasiões a TV tem sido comparada à moeda²². A metáfora parece-nos sugestiva. Do mesmo modo que não somos apenas utentes do sistema monetário, mas agentes desse mesmo sistema, também não somos apenas utentes dos *mass-media*, mas partes integrantes desse mesmo sistema. Ambos os sistemas permitem regularizar as trocas, quer de tipo económico, quer de tipo informativo. Assim como nos referimos a uma dimensão económica da sociedade, também podemos falar de uma dimensão *mass-mediática* da sociedade. Ambas se caracterizam por um tipo de mediação que estabelece e regula o fundamento e o funcionamento dos sistemas respectivos.

¹⁸ Albert Kientz, *Para Analisar los Media: el Análisis de Contenido*, Valência, Fernando Torres Editor, 1974.

¹⁹ António Pascuali, *Comunicación y Cultura de Masas*, Caracas, Monte Ávila Editores, 1977, 4.ª ed., pp. 47-48. Pascuali depreende desta implicação a possibilidade de tipificar sociologicamente uma «colectividade» em função do grau de desenvolvimento dos seus meios de comunicação.

²⁰ Alguns teóricos da comunicação propõem em alternativa ao uso da expressão «meios de comunicação» a utilização da expressão «meios de informação», já que, segundo eles, é discutível considerar comunicação uma forma de intercâmbio de mensagens sem possibilidade de retorno, isto é, um processo de veiculação unilateral de saber entre um emissor institucionalizado e um receptor-massa.

²¹ Vilem Flusser, «Un Modèle Possible de notre Culture», in *Communication et Langages*, n.º 40, 1978.

²² Cf., designadamente, René Berger, «La TV, Banco de Emisión(es)», in André Helbo et al., *Semiología e la Representación. Teatro, Televisión, Comix*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S. A., 1978.

Com efeito, Marx refere que, nos *preços*, os valores de troca se convertem idealmente em dinheiro. Por conseguinte, o dinheiro é o mediador e o motor da circulação de mercadorias, ainda que não as faça circular senão a título de «propriedade»²³. É caso para perguntar se os *mass-media*, particularmente a TV, não nos colocam em presença de um novo equivalente geral de trocas de alcance quase universal, isto é: da mesma forma que as mercadorias se trocam através de uma soma de dinheiro; da mesma forma, ainda, que os conceitos, factos e coisas se trocam a partir de palavras²⁴; também a TV tende a instaurar um novo sistema de trocas que permita converter a «realidade actual» em imagens-mensagens e vice-versa. Clarificando: o que está ocorrendo — a actualidade, o actual, o quotidiano —, é cada vez mais o que se «dá» em troca de mensagens televisivas. Assim, a possibilidade de convertibilidade do «acontecimento» em emissão é um novo modo de mediação, como o foi — e continua a ser — a possibilidade de convertibilidade, no caso da linguística, dos acontecimentos em palavras sob a forma de textos jornalísticos, por exemplo. Com uma importante e substancial diferença: pelo facto de se dirigir a uma larga massa de milhares de telespectadores e de poder «transmitir» em directo, a TV assegura a mediação que lhe é própria a uma escala antes desconhecida e com um grau de agilidade sem precedentes.

Voltando à metáfora da moeda, Marx demonstrou como o processo de trocas é o que determina a relação real das mercadorias entre si. Com efeito, o *valor de uso* só existe para quem tenha uma necessidade concreta, particular. Para quem negocia, a mercadoria não é mais do que um meio de trocas. Seguindo esta linha, Baudrillard e René Berger²⁵ defendem que a «forma-mercadoria» aparece cada vez mais substituída pela «forma-signo». Isto é, a mercadoria impõe-se, hoje em dia, como código, ou seja, como lugar geométrico de circulação de modelos não apenas económicos, mas também culturais. É através do código que as sociedades estabelecem os símbolos que colocam em marcha as trocas. Os audiovisuais, mais do que qualquer outro meio, tendem a impor um modelo cultural unificado, fornecendo mercadorias padronizadas, concebidas segundo arquétipos fundamentais. A mensagem, em alguns casos limpa de originalidade, é servida como alimento ao público, depois de devidamente confeccionada e adaptada aos gostos e padrões da cultura dominante²⁶.

Víamos atrás que não somos apenas utentes dos *mass-media*, mas partes integrantes desse novo sistema. Com efeito, partindo da definição segundo a qual os *mass-media* se apresentam como o conjunto de meios que nos permitem regularizar as trocas de tipo informativo, então a circulação maciça e permanente das mensa-

23 Karl Marx, *Grundrisse*, vol. I (*L'Argent*), Paris, Union Générale d'Éditions, 1973.

24 Cf. F. de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, Buenos Aires, Editorial Losada, S. A., 1975, e Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, São Paulo, Martins Fontes, 1981, 2.^a ed.

25 Jean Baudrillard, *La Economía Política del Signo*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, S. A., 1974. De René Berger, *La Mutation des Signes*, Paris, Denoël, 1972, e «La TV. Banco de Emisión(es) (...)».

26 Tudo o que atrás se disse tem de ser, evidentemente, encarado em termos relativos e tendenciais. Com efeito, se a mensagem é servida como alimento a um público não homogêneo, há entre esse mesmo público — como me sugeria o Prof. Manuel Villaverde Cabral — uma digestão diferenciada desse alimento. Esta ocorrência não invalida, evidentemente, que os petiscos televisivos se distribuam de uma forma mais ou menos democrática à mesa dos consumidores. Para reforçar esta ideia invoco o caso de um velho aldeão da Beira Alta, onde recentemente passei férias. O velho protestava, sorridente e cuspidno para o lado, contra um beijo «boca a boca» de uma cena telenovelistica observada à mesa de um café. Poucos dias depois, no mesmo café, ufanava-se de ter ensaiado tão matreiro experimento, ainda que para tanto tivesse de vencer a resistência de sua não jovem mulher. Uma interessante critica a propósito da visão pessimista dos sociólogos que à volta da escola de Francoforte desenvolvem o mito dos *mass-media* está patente no livro de Alan Swingewood, *The Myth of Mass Culture*, Londres, The MacMillan Press, Ltd., 1979, 2.^a ed. Cf. especialmente o cap. V: «Mass Culture or Democratization of Culture?»

gens implica também um modo de actuar específico. Estas teses confirmam-se, de algum modo, no domínio da análise das relações de sedução na sociedade contemporânea. A imagem do «sedutor» veiculada pelos *mass-media* é a de um ídolo de multidões, um «sedutor de massas». Essa imagem tem algo que forma parte das mais recônditas frustrações do «homem-massa». É aquele que tem ao seu alcance tudo aquilo que o homem comum sonharia desfrutar: os carros mais velozes, desportivos e metalizados; as mulheres mais torneadas e pestanudas; os apartamentos mais sofisticados e arejados. Os incitamentos (aquela forma de sorrir, de olhar fixamente, de fumar e de beijar) são, com mais ou menos relutância, emitidos. O ídolo seduz multidões e estas projectam em imagem tudo aquilo que gostariam de ser e que não podem chegar a ser precisamente porque alimentam falsos ideais. As fontes audiovisuais desempenham um importante papel nesta idolatria. Não seria fácil chegar ao coração de tanto anónimo sem a interferência desses poderosos meios de difusão que são a televisão, a rádio, o cinema e a imprensa.

Hoje, verdadeiramente, muitas das aventuras *dom-joanescas* são do mais fácil de realizar, porque obedecem precisamente a um modelo padronizado de atitudes e comportamentos veiculados pelos *mass-media*. Já não há que assaltar conventos para burlar a vigilância de mães assustadiças; já não há que fugir saltando taipais de jardins embuçado em capa para evitar ser reconhecido. Nos meios burgueses e pequeno-burgueses, por exemplo, as aventuras *dom-joanescas* e os rituais de conquista podem planificar-se tranquilamente num escritório saboreando um bom copo de uísque e culminar com uma simples chamada telefónica, à imagem do «equivalente geral de trocas» que nos é dado, ou, melhor, imposto pelas telenovelas, por exemplo. Nestas circunstâncias, passe a ironia e o estilo *cool* da afirmação, o sedutor²⁷ deixou de ser algo digno de menção. A sedução é hoje corriqueira, vulgar, banal, porque precisamente obedece a um padrão socialmente aceite e imposto.

As fontes de informação dominam, com efeito, o quotidiano. Ao sair à rua de uma qualquer cidade «civilizada», surgem estímulos cientificamente dirigidos (cartazes, anúncios, sistemas de iluminação) que reclamam a atenção dos sentidos, da sensualidade. Esta encontra-se constantemente submetida a múltiplas e obsessivas solicitações, que funcionam como estímulos eróticos e afrodisíacos, cuja acção sobre as relações de sedução é muito sensível²⁸. Tudo se produz como uma conspiração a grande escala contra a imaginação e o sentido criativo²⁹. A realidade parece reduzir-se ao plano do exclusivamente consumível. As imagens sobrepõem-se às coisas (em vez de «bananas» ou «automóveis», consomem-se símbolos de «vitalidade» ou *status*). Daqui resulta que, no campo das relações de sedução, como noutros domínios do quotidiano, o que predomina é a uniformidade de acções e reacções socialmente determinadas pela *entertainment industry*, a publicidade e a propaganda potenciadas pelo aperfeiçoamento técnico dos *mass-media* — ou seja, o que predomina é uma ética de consumo que leva os indivíduos a cumprir os formalismos com a ridícula ilusão da espontaneidade e anticonvencionalismo.

²⁷ Para simplificar, tratamos da imagem do sedutor, dado que uma sedutora tem de cumprir no quotidiano presente complicados requisitos. Em primeiro lugar, tem de ser uma mulher «belíssima», qualidade não estritamente necessária ao sedutor; em segundo lugar, tem de ser uma mulher do sistema, acomodada. Uma mulher corrente — digamos, uma doméstica, uma operária têxtil ou uma telefonista —, ao pretender seduzir, converte-se em sedutora e algo mais. A moral vigente (idealista e de raiz cristã) julga de forma muito distinta o mesmo sucesso segundo o sujeito seja masculino ou feminino. Sobre este assunto cf. o livrinho de Concha Martín e Juan Martínez-Val, *Los Seductores*, Barcelona, Dopesa, 1978, pp. 45-70.

²⁸ Friedmann, *7 Études Sur l'Homme et la Technique*, Paris, Gonthier, 1966, p. 50.

²⁹ Xavier Robert de Ventós, *Teoría de la Sensibilidad*, Barcelona, Ediciones Península, 1979, 3.ª ed., p. 165.

Insistimos. Uma olhadela semiótica sobre as relações de sedução pode contribuir para esclarecer alguns problemas que o quotidiano coloca a quem pretende estudar o significado das representações do dia-a-dia e o papel que as fontes audiovisuais podem desempenhar na modelação dessas representações. É também possível que, finalmente, venhamos a comprovar que todos os acontecimentos, toda a acção, todo o facto do quotidiano, estejam não apenas consagrados a constituir o *pretexto* de uma tecno-imagem; de um documento *passivo* destinado a ser manipulado pelo investigador; como, inversamente: que fontes audiovisuais traduzidas num programa de televisão ou numa fita cinematográfica estejam condenadas a servir de pretexto ao acontecimento, à acção, ao facto da vida quotidiana. E porque não? A exercer *activamente* influência sobre o próprio investigador.

Seja tomado, a título de exemplo, um signo concreto de carícia: o beijo. Dizer que o beijo é um signo é dizer que ele está sujeito a representação. De facto, representar é colocar o acento sobre o carácter de signo que reveste toda a acção teatral, onde cada manifestação, fictícia ou não, se exhibe mediante uma ou outra forma de representação. Contudo, ao investigar o beijo enquanto fenómeno social do quotidiano, somos levados a uma situação paradoxal: o beijo aparece como *ficção*. E é ficção porque, antes do mais, é signo. Não quer isto dizer que todos os signos sejam ficção. Há muitos signos que não o são na medida em que indicam, denotam, significam coisas que realmente existem. O beijo, porém, é um signo fictício; não porque se trate de um fingimento ou de um signo que comunica coisas inexistentes, mas porque precisamente finge não ser signo. Este fingimento constituído em objectivo é conseguido na exacta medida em que, à luz do senso comum, o beijo se classifica na categoria dos signos naturais, e não artificiais, motivados, e não arbitrários, espontâneos, e não convencionais.

Ora, e é isto o que interessa discutir, beijar é ou não uma representação? Transporta-se ou não para a vida real um modelo ou um «tipo ideal» de beijo, no sentido weberiano do termo, difundido pelos *mass-media*?

Para dar resposta a esta questão devemos encarar o beijo de duas formas sociologicamente distintas, mas sempre como *acção social*. Há duas conhecidas e consagradas definições de acção social: uma, de Max Weber, define a acção social de modo *subjectivo*, isto é, segundo critérios internos dos sujeitos activos; a outra, de Durkheim, pode considerar-se *objectiva*, por oposição à primeira, porquanto determina o carácter social da acção a partir de «constrangimentos» que se exercem do exterior sobre a acção dos sujeitos³⁰. Durkheim utiliza dois critérios «objectivos» para determinar o carácter social da acção humana: a exterioridade das maneiras de agir, de pensar e de sentir em relação às pessoas e o constrangimento que sobre elas exercem. Entretanto, cada um destes dois modelos — o *weberiano* e o *durkheimiano* — aplica-se a duas classes distintas de beijo. De um lado temos o beijo ordinário, repetitivo, monótono; de outro temos o beijo extraordinário, inesperado, emotivo. Este último tipo de beijo aparece em momentos particulares, que são os de forte atracção, de enamoramento, de amor apaixonado. É um beijo pleno de entusiasmo e de paixão — capaz de subverter, transformar, quebrar a rotina do quotidiano.

Aquele beijo roubado, inesperado, furtivo, inalcançável, está dentro do modelo de acção social definido por Max Weber. Nesse modelo está em jogo um importante critério invocado na definição de Weber que indica que a conduta dos indivíduos

³⁰ Sobre o conceito de «acção social» pode consultar-se: Emile Durkheim, *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença, 1980; Max Weber, *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1979, 4.ª ed., pp. 5-40; e Guy Rocher, *Sociologia Geral*, Lisboa, t. IV, Ed. Presença, 2.ª ed., 1971.

empenhados numa acção social deve ser influenciada pela percepção que eles têm do significado da acção das outras e da sua própria acção. Ou seja, é preciso que os sujeitos provem, através do seu comportamento, que compreendem as expectativas dos outros e que aceitam ou não corresponder-lhes. O beijo contemplado por este modelo é um beijo que parte de «dentro» (subjectivo), como signo não ritualizado. Nas *Memórias* de Raul Brandão encontramos um ensaio de beijo próximo deste tipo. Raul Brandão tinha 13 anos e enamorara-se de uma padeirinha da sua idade:

Era ela — decididamente faltava à aula do Luso — com a canastra, fingindo que não me via. Lá se metia no portal — lá me metia eu no portal — e a cena repetia-se todos os dias. Nos dois havia a mesma inocência e candura. Ela fingia que tocava a campainha da porta interior e esperava por mim, que tentava beijá-la, encontrando sempre o cesto entre a minha boca e a sua boca. Nem um pensamento grosseiro, nem sequer um mau pensamento. Era um jogo e mais nada. Estou a vê-la, loura, corada e pequenina, fresca como a manhã, de olhos azuis cheios de receio e ao mesmo tempo de desafio — tentando-me e fugindo-me; estou a ver-me esgrouviado e tonto, e entre nós o cesto como uma muralha. Para um lado, para o outro, encontrava sempre o cesto — e através do cesto olhos a tentar-me e a boca vermelha a sorrir. Nem o nome lhe sabia e todas as manhãs faltava à aula. Posso dizer que por causa dela fiquei reprovado em Geografia. Mas um dia foram elas!... Depois de dois ou três passes com a canastra, a padeirinha quedou-se, baixou os olhos e esperou: Esperou o quê?!... Oh, meu Deus, aquilo não era o jogo! Fiquei assombrado, fiquei gelado, e deitei a fugir pela rua abaixo, cheio de vergonha e alvoroço (...) ³¹

Raul Brandão nunca mais viu nem nunca mais quis ver a sua padeirinha. Dava voltas para a não encontrar. Fazia o possível para não se lembrar desses encontros matutinos. Porque o beijo implicou risco, dúvida, embaraço, não obedecendo a qualquer prática ritualizada. Contudo, quando a padeirinha se quedou à espera do beijo, a vacilação de Raul foi comandada por um sentimento *social* que o dominou: a *vergonha*.

Um beijo plenamente exemplar do modelo weberiano, conseguido e relativamente livre de qualquer peia embaraçadora ou constrangimento social, é relatado por Abel Botelho em *O Livro de Alda*:

Íamos a falar, e grossa, perra, a frase peganhava-nos na laringe, a ponto que nem mesmo esfarrapadas em monossílabos as ideias logravam expandir-se. (...) Os nossos corpos ávidos soldaram-se... um do outro famintos, arregoados de sensualidade e empapados de desejo. (...) E então, como eu de pejo e comoção cerrasse os olhos, e na ofegante dispneia do amor entreabrisse a boca, senti um como que vivo dardo inflamado invadir-me até às amígdalas, dilatar-se-me dentro, quase à sufocação, e aí desdobrar-se, enrodilhar-se, rabejar, crescer, numa fresca e ardente impulsão que tão depressa era um afago como uma aspereza, complicando o meu prazer de estonteadoras, inéditas revelações, de durezas irritantes e mélicas doçuras. — Era pois a língua dela que, vindo ávida procurar a maior soma possível de contactos, num insustentável furor que abria brecha no ponto que ao meu corpo achou mais acessível, mais próximo... e longa, vibrátil, crespá, coleante, alongando e encurtando, mais cariciosa que as mãos, mais expressiva que os olhos, ora perfurante e hirta como um gládio, ora

³¹ Raul Brandão, *Memórias (Vale de Josafat)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s. d., vol. III, p. 117.

branda e redonda como um arminho, espertinava do mais agudo e grato espanto a minha sensibilidade desprevenida (...) Eu suportava embevecido, atolambado, esta dança macabra do amor batida dentro de mim mesmo (...) tinha a vida parda, os jarretes talhados de emoção, e escancarada a boca num regalado hiato de clílica e de surpresa³².

Na sociedade contemporânea, sob o domínio dos *mass-media*, a maior parte das relações de sedução e das próprias carícias, de que o beijo é um exemplo, encontram-se sujeitas a um ritual imposto do *exterior* aos indivíduos que os constringe a seguir uma prática repetitiva, monótona, teatralizada, banalizada, tipificada. O beijo é, neste caso, uma acção sujeita aos critérios objectivos invocados por Durkheim na determinação do carácter social da acção: a exterioridade das «maneiras de agir, de pensar e de sentir» em relação às pessoas e o «constrangimento» que sobre elas exercem. Daqui deriva a teatralidade do beijo: o beijo como representação, como fingimento, como signo fictício. É o beijo contácorrente, banal, repetitivo (no sentido monótono do termo) — é o beijo quotidiano.

Generalizando: a vida quotidiana parece encontrar-se, presentemente, regulada e controlada pelos *mass-media*. As fontes audiovisuais assumem-se, na sociedade contemporânea, não apenas como fontes de informação, mas principalmente como fontes de estruturação do quotidiano. Esta nova e paradoxal situação leva-nos a debater a concepção tradicional de fonte documental. Esta deixou de se constituir num instrumento *passivo* para se transformar num agente *activo* que comanda o quotidiano.

6. REMATANDO...

No início deste texto dizíamos que a vida quotidiana saltita diante dos nossos olhos como uma bola de bilhar. Esperávamos que a vida quotidiana, tal como a bola de bilhar, girasse sem atritos no horizonte de observação do investigador, o que desde logo se configurou difícil. Retomaremos a metáfora para, com o cuidado que as circunstâncias exigem, apontar uma tacada conclusiva.

Uma das grandes dificuldades que se levantam ao investigador da vida quotidiana refere-se, como vimos, à localização de fontes precisas. Quanto às *fontes documentais escritas*, encontram-se, em geral, dispersas em arquivos e bibliotecas, sendo norma bastante comum carecerem de catálogos sistematizados relativos quer aos temas genéricos sobre que incidem, quer aos conteúdos mais particularizados. Os primeiros momentos de investigação sobre o quotidiano convertem-se, assim, numa peregrinação nem sempre frutífera em torno desses arquivos e bibliotecas. Uma etapa necessária que deste modo surge como inevitável na reconstituição da vida quotidiana passa pelo fomento de novos estudos bibliográficos e de fontes, sistematizando aqueles que já existem de forma que seja possível superar as limitações actualmente existentes ao nível do património documental, entre nós francamente disperso. O fomento desses novos estudos bibliográficos e de fontes não deve descurar as fontes literárias — talvez, de entre as fontes documentais escritas, aquelas que nos podem dar um mais rico conjunto de informações sobre algumas das facetas mais íntimas do quotidiano, muito embora tais informações devam sempre ser encaradas com as devidas precauções.

32 Abel Botelho, *O Livro de Alda*, Porto, Lello & Irmão — Editores, 1982, pp. 222-224 (o romance foi escrito em 1894).

Quanto às *fontes orais*, podem constituir-se num instrumento válido de verificação de hipóteses enunciadas e documentadas de antemão, assim como na confirmação de quadros analíticos inicialmente construídos a partir de fontes escritas. Torna-se também indispensável a constituição de marcos conceptuais metodológicos que apoiem a informação obtida, designadamente no caso de entrevistas com informantes. É certo que múltiplos problemas se colocam na utilização de fontes orais — problemas que, inevitavelmente, se prendem com a validade da informação recolhida. Contudo, como vimos, se é difícil alcançar uma completa objectividade na informação recolhida a partir das fontes orais, também as fontes escritas se encontram sujeitas a factores de carácter subjectivo. Seja como for, a utilização de fontes orais permite a realização de uma história interpretativa a partir de uma matéria-prima (impressões, opiniões, sentimentos, crenças) que muito raramente se consegue extrair das fontes tradicionalmente utilizadas³³. Há que fomentar a institucionalização de uma *história oral*, incentivando a formação de departamentos académicos destinados a promover a investigação com base na utilização de técnicas de história oral. Nesta linha de orientação, seria de todo o interesse a constituição de *arquivos de opinião* interrogando aqueles que vivem o quotidiano e que formam, segundo Robert Lemaire, a «memória dos sobreviventes»³⁴. As fontes orais permitirão, sem dúvida, uma maior aproximação tanto àquelas facetas do quotidiano que se encontram mais ligadas aos pequenos incidentes da vida doméstica, ao modo de viver íntimo, etc., como à realidade daqueles grupos sociais situados à margem das esferas do poder (*élites*, dirigentes políticos, grupos de pressão, associações, etc.) em relação às quais é possível deitar mão de documentos escritos.

Finalmente, é possível que uma análise crítica às fontes audiovisuais possa contribuir não só para uma original aproximação da vida quotidiana, como, ao mesmo tempo, para potenciar a própria subversão do quotidiano, entendida esta no sentido de uma (re)invenção do quotidiano. Em vez da ingestão passiva do quotidiano que nos é imposta do *exterior* (como diria Durkheim) pelos *mass-media*, é possível que a análise crítica das fontes audiovisuais possa subverter a ética de consumo que deriva da lógica dessa imposição, de forma que, pelo menos, seja possível generalizar a ideia de que as fontes audiovisuais, na sociedade contemporânea, não são meras fontes de informação (no sentido documental do termo), mas, acima de tudo, fontes de inspiração, ou, melhor, fontes de modelação de estilos de vida ritualizados, massificados, banalizados. Ao sugerir que um debate deste tipo pode estabelecer condições para a subversão do quotidiano, queremos apenas sugerir que analisar conteúdos documentais cujas principais mensagens aparecem (ou parecem) destinadas a promover alucinações sociais poderá simultaneamente contribuir para pôr em causa essas alucinações.

³³ Exemplos sugestivos desta história interpretativa, com base nas fontes orais, encontram-se nas *Actas de las Segundas Jornadas de Investigación Interdisciplinaria, Organizadas por el Seminario de la Mujer de la Universidad Autónoma de Madrid*, em particular na comunicação de Pilar Folguera, «La Historia Oral como Fuente para el Estudio de la Vida Cotidiana de las Mujeres», in *La Mujer en la Historia de España (siglos XVI-XX)*, Universidad Autónoma de Madrid, 1984, p. 179.

³⁴ Robert Lemaire, «As fontes contemporâneas: os séculos XIX e XX», in *A História Social. Problemas, Fontes e Métodos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1973, p. 158. Seria interessante que instituições de ensino e/ou de investigação ligadas ao domínio das ciências sociais comessem desde já a constituir arquivos de opinião, iniciativa que poderia ser extensiva a outras instituições, como a própria RTP.